



Esta sessão vai evidenciar as afinidades de instituições de histórias paralelas.

Acredito que falarmos do Supremo Tribunal Federal e da Academia Brasileira de Letras nos leva, gostosamente, a triangular a análise, juntando-lhes as nossas mais tradicionais Escolas de Direito.

Não é por nada que também foram chamadas de Academias, tanto a de Olinda, quanto a de São Paulo.

As antigas cerimônias do ingresso de professores nessas Escolas se assemelhavam às posses na Casa de Machado, com discurso de recepção e o empossado a agradecer e a elogiar o antecessor na Cadeira. Tal e qual, por conta de que as Faculdades de Direito também se inspiraram em procedimentos da Academia Francesa, de onde vem essa liturgia.

Antonio Candido observou que as Faculdades de Direito são o berço da cultura literária no Brasil. Em São Paulo, nas Arcadas da entrada e no salão nobre há placas com nomes, todos, não de juristas, mas de poetas. Em Pernambuco, ainda ecoam as vozes de Castro Alves ou de Carlos Pena Filho pelos corredores da Casa de Tobias.

O “Navio Negreiro”, creio, foi recitado, pela primeira vez, em cerimônia na Faculdade de Direito de São Paulo. Nada ganhou maioria no Recife literário se não tivesse o carimbo da velha Escola de Aníbal Freire.

O movimento conhecido como Escola do Recife, que Sílvio Romero divide nas fases crítico-filosófica e poética, exponencia nomes como os de Arthur Orlando, Bevilacqua, Martins Junior, Graça Aranha, que se completam com o orgulho daquela Casa por lá terem passado não pernambucanos como Rui Barbosa, Teixeira de Freitas, Barão do Rio Branco, Araripe Junior, Gilberto Amado, Pontes de Miranda, José Lins do Rego.

Esses bacharéis, esses literatos, no esplendor da criação intelectual, chegam alguns à Academia, chegam outros ao Supremo, ou a ambos. São, antes de tudo, humanistas, que jamais consentiriam no desterro do espírito.

Mas não é só isso. Mantêm a Academia e o Supremo a tradição que lhes é comum de se ocuparem de temas de interesse nacional, sem que fiquem limitados a questões formalmente mais próprias de seu objeto. Tudo por altaneria da consciência.

Estas faces gêmeas às duas instituições ainda estão a merecer uma reflexão mais aprofundada, pois se realizam pelo diálogo informal e não pelo monólogo da distância. Não somos brasilcéticos. Temos paixão futurante.



O Marquês de Caravelas, nos debates que antecederam à criação dos cursos jurídicos, lembrava que deles viriam pessoas não apenas habilitadas à administração da justiça mas para todas as funções de afirmação nacional. Na mesma linha falou o Visconde de São Leopoldo.

E assim aconteceu.

Sempre deles emergiram, inclusive no sentido além-jurídico, gente que não se ancorou em horas mas ocupou-se da libertação dos gestos. Assimétrica, é certo, mas sem falhas na missão histórica.

São Bento e Goethe, é bom lembrá-los, sabiam o que significam a legenda ora et labora e a palavra laboratório.

A Faculdade do Recife começou em Olinda, no Mosteiro de São Bento. Quando Paula Batista, Sinimbu, Eusébio, Cotegipe e Teixeira de Freitas, sentavam nos bancos da Academia, estavam antecipando uma constante contemporaneidade de ação e pensamento que hoje conduzem o Supremo e a Academia, para que asseguremos ser sempre o homem,

“Alma de erros e acertos,
rasuras, paixões
mas alma inteira,
alma geral,
aberta na matéria”.

Provoco, lateralmente, o ângulo que associa o Supremo e a Academia, pois os oradores oficiais desta tarde, ministro Eros Grau e acadêmico Alberto Venâncio Filho cuidarão com competência do que certamente é mais fundamental.

Registro que ambos são adequados representantes das instituições, homens do Direito e homens da Literatura, juristas, escritores, compromissados com o pensamento.

A sessão de hoje, que traz a Academia ao Supremo, privilegia a conceituação de Cultura, entendida como todo sistema interdependente e ordenado de atividades humanas em sua dinâmica.

Isto é exemplar.

A Cultura é uma aposta fundamental na modernização do País e um imperativo de afirmação e renovação da nossa identidade.

Quero dizer aos Senhores Ministros, em particular, ao Presidente Nelson Jobim que, patrioticamente e no seu modo obstinado de ser, tanto se empenhou para que hoje estivéssemos juntos, que a Academia Brasileira agradece a honrosa acolhida.



Mas a Academia Brasileira bem a merece. Deu-me vontade de, falando desse merecimento, recordar-lhes, para arrematar o testemunho de gratidão, episódio envolvendo Unamuno e o Rei de Espanha.

Unamuno, ao receber a mais alta condecoração espanhola das mãos de Afonso XIII, disse-lhe que, de fato, merecia a distinção.

Ao que Afonso XIII replicou-lhe:

– Senhor Unamuno, aqueles outros a quem conferi igual distinção nunca deixaram de me dizer, ao recebê-la, que não a mereciam.

Sem afrontar o Rei nem os homenageados, Unamuno respondeu:

– E eles tinham razão, Majestade. Tinham razão.

Excelências:

Não sei de outra instituição à qual o Supremo possa ter prestado homenagem igual a esta de hoje, mas posso dizer que a Academia Brasileira de Letras merece a deferência.